



# Democratização do ESG

Uma iniciativa da BIOTERA  
para democratizar o ESG

Esta tabela foi elaborada com base na legislação vigente (31 de março de 2026) para fins de orientação. Para saber quais as obrigações legais da sua empresa, simule [aqui](#)

## **1. Objetivo**

Orientar profissionais sobre como coletar, registrar e alimentar informações essenciais que permitam à empresa estar em conformidade legal, elaborar as evidências objetivas, entender as boas práticas de mercado e os avanços concretos em suas iniciativas ESG.

## **2. O Papel do SSMA no ESG**

O SSMA/HSE também é responsável por transformar dados operacionais em informações estratégicas, garantindo que indicadores ambientais, segurança e governança sejam confiáveis e atualizados. Esses registros subsidiam tanto o cumprimento do requisito quanto a comunicação transparente da empresa com acionistas, clientes e órgãos reguladores.

## **3. Colaboração com o GLAS da BIOTERA**

O GLAS é a plataforma que apoia os profissionais do SSMA/HSE, RH, jurídico, gestão, governança/compliance e responsabilidade social entre outros no mapeamento e no cumprimento dos requisitos obrigatórios e voluntários em ESG. Sua colaboração ocorre em três frentes principais:

**Indicações Requisitos legais:** organiza obrigações por área e mantê-la em conformidade e gerando diversos indicadores;

**Esclarecimento técnico:** esclarece dúvidas sobre como aplicar as normas na operação;

**Consultoria em Boas Práticas:** indica medidas além da legislação para elevar a maturidade ESG

# Emissões e Gases de Efeito Estufa (GEE)

Emissões absolutas e intensidade de CO<sub>2</sub>e - analítico e sintético



Lei 15.042/2024	Cria o mercado regulado de carbono no Brasil (cap-and-trade), fixa limites de GEE, institui CBEs e CRVEs negociáveis e altera a PNMC.
Lei 12.187/2009	Marco legal da política climática: define princípios, objetivos e instrumentos para mitigação, adaptação, redução de GEE e preservação de biomas.
Decreto 12.614/2025	Regulamenta a Lei 14.993/2024, reduz GEE no gás natural com metas, certificação de origem e regras de compliance.
Lei 14.904/2024	Define diretrizes para planos de adaptação à mudança do clima, altera a Lei nº 12.114/2009 e estabelece outras providências.
Lei 14.993/2024	Captura e Armazenamento de Carbono – CCS
Portaria MAPA 807/2025	Institui o Programa de Projetos Sustentáveis no âmbito do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - ABC+
Decreto 11.549/2023	Altera o Decreto nº 9.578/2018, que trata do Fundo Nacional e da Política Nacional sobre Mudança do Clima.
Decreto 11.549/2023	Altera o Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
Decreto 9.082/2007	Institui o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.
Lei 14.926/2024	Para garantir atenção às mudanças climáticas, à biodiversidade e aos riscos de desastres na Política Nacional de Educação Ambiental.

# Consumo de Água e Tratamento de Efluentes

Volume total de água consumida; índice de reúso; proporção de efluentes tratados; parâmetros de qualidade.



Portaria Inmetro 188/2026	Atualiza regras para equipamentos de água: amplia escopo, define exclusões, exige segurança elétrica, limites de contaminantes, eficiência, rotulagem obrigatória e testes
Resolução CONAMA 430/2011	Estabelece critérios, limites e diretrizes para o lançamento de efluentes em corpos d'água, incluindo padrões físico-químicos, testes de toxicidade e obrigações de monitoramento e declaração anual.
Resolução ANA 2.079/2017	Define critérios para uso de recursos hídricos na diluição de esgoto doméstico. Exige tratamento mínimo de 60% de DBO e serviço de esgoto institucionalizado. Pedidos fora das normas são negados ou condicionados a melhorias.
Resolução ANA 1.254/2016	Estabelece que a outorga para diluição de efluentes em rios intermitentes ou efêmeros no semiárido exige apenas tratamento mínimo de 60% da DBO.
Lei 14.546/2023	Estabelece que prestadores de serviços públicos devem corrigir falhas e fiscalizar vazamentos na rede de água. Estimula práticas sustentáveis no saneamento básico
PORTARIA GM/MS Nº 888 / 2021	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade
Portaria MID 676/2026	Define regras para apurar infrações e aplicar sanções em contratos da Segurança Hídrica, com competências, rito processual, penalidades (multa, impedimento, inidoneidade) e recursos.

# Resíduos Sólidos

Inventário dos resíduos; taxa de reciclagem; gestão de resíduos perigosos; custo de gerenciamento e transporte.



Lei 12.305/2010	Cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, definindo gestão integrada, logística reversa e responsabilidades.
Resolução CONAMA 358/2005	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências
Lei 6.938/1981	Obrigações de preservar e recuperar o meio ambiente, obter licenciamento prévio e reparar danos ambientais.
Resolução 15/2026	Define critérios de segurança e proteção radiológica para licenciamento de depósitos de rejeitos radioativos.
Decreto 11.043/2022	Planos estaduais e municipais devem seguir a PNRS e o Plano Nacional; publicação no SINIR; vigência imediata.
Lei 15.088/2025	Proíbe importar resíduos sólidos e rejeitos; só permite para materiais estratégicos e autopeças com logística reversa.
RESOLUÇÃO 5.998/2022	Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprova suas Instruções Complementares,
IN 1/2013	Empresas que geram ou operam resíduos perigosos devem se inscrever no CNORP, informar dados anuais e ter responsável técnico.
Resolução ANA 276/2025	Estabelece indicadores para avaliar limpeza urbana e resíduos: gestão, qualidade e eficiência, com metas, padrões, coleta de dados, avaliação anual e transparência dos resultados.

# Economia Circular e Logística Reversa

Extensão do ciclo de vida do resíduo; grau de segregação, percentual de atendimento a logística reversa; conexão com órgãos competente.



Lei 12.305/2010	Cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, definindo gestão integrada, logística reversa e responsabilidades.
Decreto 11.413/2023	Institui CCRLR, CERE e Crédito de Massa Futura como comprovação voluntária de logística reversa.
Decreto 11.300/2022	Institui o sistema nacional de logística reversa para embalagens de vidro, com metas regionais, cadastro de participantes, planos de comunicação, pontos de recebimento e rastreabilidade via SINIR
Decreto 10.388/2020	Obriga logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos, com descarte seguro e rastreável.
Decreto 12.082/2024	Decreto 12.082/2024 institui a Estratégia Nacional de Economia Circular para promover produção e consumo sustentáveis.
Decreto 10.240/2020	implementação de sistema de logística reversa a produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico.
Lei nº 14.260/2021	Permite a pessoas físicas e jurídicas deduzirem do Imposto de Renda contribuições a fundos/projetos de reciclagem certificados pelo MMA.
Portaria 1.632/2026	Institui o PLS do MMA com metas, indicadores e ações para uso eficiente de recursos, resíduos, energia e água até 2027.
Portaria 12.784/2025	Regulamenta a Política de Economia Solidária, cria o Sinaes e define princípios, diretrizes e instrumentos de gestão e financiamento.

# Saúde e Segurança Ocupacional

Taxa de acidentes de trabalho; índice de doenças ocupacionais e psicossociais; percentual de treinamentos.



Norma de Gestão 45.003/2021	Gestão de saúde e segurança ocupacional — Saúde psicológica e segurança no trabalho — Diretrizes para o manejo de riscos psicossociais.
Portaria 1.561/2026	Altera regras da logística reversa: define critérios e prazos anuais para habilitação de entidades gestoras e verificadores.
NR 23	Proteção contra incêndio
IN 98/2003	Aprova Norma Técnica sobre Lesões por Esforços Repetitivos-LER ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho-DORT.
Portaria 8.344 / 2021	Institui requisitos de segurança para barragens de mineração, hidrelétricas, etc., visando prevenir rompimentos.
Portaria 104/2026	Altera a NR-28, atualizando critérios de fiscalização, autuação e multas por descumprimento de normas de SST.
Portaria 104/2026	Fixa o limite de exposição à sílica (0,05 mg/m <sup>3</sup> ) e atualizando regras sobre poeiras minerais e prevenção ocupacional na mineração.
Resolução 998/2026	Estabelece diretrizes para avaliação de risco da exposição a agrotóxicos, exigindo DAROC, análise de cenários e medidas de mitigação.
Resolução 998/2026	Aprova anexo da NR-16 sobre atividades perigosas com motocicletas, define critérios de periculosidade, exceções e exige laudos técnicos.

# Consumo de Energia e Eficiência Energética

Consumo total de energia; intensidade energética; proporção de energia renovável; redução de consumo



Lei 10.295/2007	Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências.
Lei.300/2022	Institui o marco legal da micro e minigeração distribuída, cria o SCEE e o PERS e altera leis do setor elétrico.
Lei 15.097/2025	Regula o aproveitamento energético offshore e altera leis do setor elétrico, energético e de geração distribuída.
Portaria iNMETRO 1/2025	Aprova laboratórios para ensaios de módulos fotovoltaicos conforme requisitos do Inmetro para sistemas solares.
Decreto 7.583/2011	Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica, e dá outras providências.
Portaria Normativa MME 56/2022	Serviço de escrituração do Crédito de Descarbonização - CBIO
Lei 14.120/2021	Alterações no setor elétrico e estímulos à modernização

Diversidade no quadro; índice de rotatividade; grau de satisfação.



Lei 15.377/2026	Obriga empresas a informar sobre vacinação, HPV e cânceres, e orientar acesso a exames preventivos.
Lei 13.467/2017	Flexibiliza CLT, permite negociação coletiva, cria teletrabalho, contrato intermitente e comissão de empregados.
Lei 12.288/2010	Garante igualdade racial, combate discriminação, exige ações afirmativas e inclusão plena
Lei 12.288/2010	Dispensa multa na contagem recíproca de tempo de serviço para períodos anteriores à obrigatoriedade previdenciária.
Lei 14.611/2023	Obrigações de salários iguais para mulheres e homens, transparência, fiscalização, relatórios semestrais e planos de ação.
Decreto 31/1968	Exige tratamento igual a nacionais e estrangeiros na previdência social
Decreto 6.949/2009	Garante acessibilidade, inclusão e igualdade, proibindo discriminação a pessoas com deficiência em todos os setores.
Lei 14.624/2023	Institui cordão girassol para identificar deficiências ocultas, uso opcional e com comprovação se exigido.
Lei 14.624/2023	Altera o PAT, define regras para auxílio-alimentação/refeição, impõe interoperabilidade, limita taxas e prazos, veda práticas abusivas e cria governança do programa.
Decreto 6.481 /2008	Proíbe trabalho de menores de 18 anos em atividades da Lista TIP por risco à saúde, segurança e moral. Salvo na condição de Aprendiz
Decreto 12.857/2026	Promulga protocolo da OIT contra trabalho forçado, prevendo prevenção, proteção às vítimas e sanções.

Investimento em projetos sociais; número de beneficiários; horas de voluntariado; parcerias com cooperativas.



Lei 14.755/2023	Cria a PNAB, assegura direitos a atingidos por barragens, impõe responsabilidade ao empreendedor.
Decreto 6.481 /2008	Proíbe trabalho de menores de 18 anos em atividades da Lista TIP por risco à saúde, segurança e moral. Salvo na condição de Aprendiz
Lei 10.098/2000	Exige acessibilidade em vias, edifícios, transportes e comunicação, conforme normas da ABNT.
Recomendação 1 / 2025	Recomenda proteção integral e consulta prévia a povos tradicionais em casos de trabalho infantil, com respeito à cultura.
Decreto 9.571/2018	Estabelece medidas para promoção da contratação e permanência de mulheres no mercado de trabalho
Decreto 12.880/2026	Regulamenta proteção digital de crianças, com regras de idade, segurança, conteúdo, publicidade e fiscalização por plataformas.
Lei 15.249/2025	Regulamenta proteção digital de crianças, com regras de idade, segurança, conteúdo, publicidade e fiscalização por plataformas.
Lei 225/2026	Cria Código do Contribuinte: define direitos, deveres, conformidade fiscal, combate ao devedor contumaz e melhora relação com o fisco.
Resolução 4/2025	Regulamenta Casas LGBTQIA+: acolhimento, atendimento multidisciplinar, abrigamento e serviços de cidadania e proteção.

# Uso de Matéria-Prima e Recursos Naturais

Consumo de matéria-prima renovável e não renovável; eficiência de insumos; cadeia de suprimentos.



IN IBAMA 1/2026	Altera norma do DOF e define migração diária de saldos de produtos florestais até 30/06/2026.
IN INBAMA 2/2026	Regulamenta acesso e uso do Sinaflor por órgãos ambientais, com requisitos, perfis e obrigações.
IN IBAMA 6/2025	Solicita licença de importação não automática, controle ambiental via NCM e conferência IN IBA.
IN IBAMA 3/2025	Créditos de exploração florestal do Sinaflor migrarão ao DOF+, exigindo rastreabilidade e novas autorizações quando necessário.
Portaria IBAMA 21/2023	Portaria exige DOF com rota detalhada, citando início e fim de cada trecho, placas, modais e respeitando limite de 250 caracteres.
IN IBAMA 26/2024	Estabelece exigências e os procedimentos relacionados ao controle ambiental, da importação, exportação, reciclagem, recuperação, comércio, transferência, uso e transporte de mercúrio metálico
IN IBAMA 3/2025	Créditos de exploração florestal do Sinaflor migrarão ao DOF+, exigindo rastreabilidade e novas autorizações quando necessário.
Resolução SFB 31/2026	Define diretrizes e procedimentos para melhorar a qualidade normativa do SFB, incluindo AIR, consulta pública, revisão, monitoramento e simplificação de normas.

Políticas e processos formalizados; fornecedores qualificados; auditorias; ocorrências de não conformidade, LGPD, códigos e conduta.



Lei 12.846/2013	A Lei exige que empresas respondam por atos lesivos à administração, paguem multas, reparem danos e adotem integridade.
Norma de Gestão 17.301/2026	Sistemas de gestão de compliance tributário — Requisitos com orientações para uso.
Decreto 9.203/2017	Exige governança pública com integridade, riscos controlados, resultados à sociedade e transparência.
IN 3/2020	Multas ambientais podem ser convertidas em serviços ambientais com desconto, via adesão ao FCMA e termo de compromisso.
Decreto 9.355/2018	Define regras de governança e transparência na cessão de direitos de exploração de petróleo e gás pela Petrobras.
Lei 9.609/1998	Protege software como obra autoral; registro opcional; direitos por 50 anos; uso exige licença; violação é crime.
Lei 15.090/2025	Exige LP, LI e LO; EIA/Rima p/ impacto significativo; prazos máximos; transparência e participação pública.
Lei 12.965/2014	Privacidade, proteção de dados, neutralidade de rede, registros limitados e ordem judicial para acesso.
Decreto nº 11.129/2022	Define parâmetros detalhados de avaliação de programas de integridade e rito dos processos administrativos de responsabilização de empresas.
NBC 51/2025	Estabelece regras de apresentação e divulgação em demonstrações contábeis com requisitos para estrutura, notas e transparência.
Lei 15.300/2025	Cria a LAE para projetos estratégicos, com análise prioritária, prazo de até 12 meses e exigência de EIA/Rima no licenciamento ambiental.

# Transparência e Relatórios

Publicação de relatório de sustentabilidade; conformidade com padrões (GRI, SASB); políticas públicas em site; nota de rating ESG.



Lei 13.709/2018	LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
Decreto 9.203/2017	Governança exige liderança, estratégia, controle, integridade, transparência, gestão de riscos e comitês internos.
Resolução CVM 217/2024	Companhias abertas devem seguir o CBPS 01 e divulgar info ESG a partir de 2026; adoção antecipada é permitida.
Resolução CVM 218/2024	Companhias abertas divulguem riscos e metas climáticas conforme o CBPS 02 a partir de 2026.
NBC 2/2024	Entidades divulguem riscos e oportunidades climáticas que afetem caixa, financiamento ou capital.
Resolução CVM 193/2023	Companhias abertas devem elaborar e divulgar relatórios financeiros de sustentabilidade.
NBC 5.000/2025	Define requisitos para asseguuração de relatórios de sustentabilidade, critérios, evidências, ética, riscos e emissão de conclusão pelo auditor.
NBC 12/2025	Define fluxos de caixa: origens, usos e classificação (operacional, investimento e financiamento) para decisões.
Lei 15.352/2026	Altera a LGPD, fortalece a ANPD como autarquia, cria carreira de fiscalização de dados e redefine competências e estrutura.

# Inovação em Sustentabilidade

Investimento em P&D; número de patentes; adoção de monitoramento em tempo real; integração de blockchain para rastreabilidade.



Lei 10.973/2004	Incentiva a inovação por ICTs e empresas, com parcerias, apoio público e benefícios fiscais.
Lei 14.133/2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Lei 12.853/2013	Regula a gestão coletiva de direitos autorais, exigindo transparência, habilitação e fiscalização.
Decreto 10.833/2021	Exige registro, rotulagem GHS, rastreio, SIA e capacitação de aplicadores.
Decreto 8.771/2016	Regulamenta a neutralidade da rede, proteção de dados e define regras para fiscalização e requisição de dados.
Lei 15.333/2026	Altera o Estatuto da Cidade para incluir diretriz de segurança, higiene e conservação de equipamentos coletivos.
Lei 15.294/2025	Institui o PRESIQ com incentivos fiscais à indústria química para inovação, descarbonização e competitividade (2027–2031).
Norma de Gestão 20.250/2026	Estabelece requisitos técnicos, critérios de qualidade, segurança e conformidade, padronizando processos, métodos e controles para garantir eficiência e confiabilidade.

# Economia e ROI Sustentável

Economia gerada por medidas sustentáveis; receita de produtos verdes; valor de créditos de carbono; impacto de incentivos fiscais.



Decreto 12.771/2025	Institui estratégia nacional de compras públicas sustentáveis com eixos econômico, social, ambiental e gestão.
Leis 15.154 / 2025	Isenta registro e simplifica regras para cosméticos artesanais, com critérios definidos em regulamento.
Lei 15.270/2025	Fundos devem ter registro CVM, regulamento claro, gestão habilitada e divulgação eletrônica obrigatória.
Decreto 12.041 / 2024	Cria o PCVR, exigindo integrar políticas urbanas, ampliar áreas verdes e reduzir riscos climáticos.
Resolução 11/2024	Define critérios e procedimentos para incluir/excluir áreas e famílias no Bolsa Verde, além de prorrogar e cessar benefícios.
Decreto 11.003/2022	Incentiva biogás/biometano, reduz metano, cria créditos, exige normas ANP e integra planos públicos.
Decreto 12.106/2024	Deduzir IR: até 6% PF ou 1% PJ ao apoiar projetos de reciclagem aprovados pelo MMA, seguindo normas e prestação de contas.
Resolução 5.130/2024	Financiamentos Eco Invest exigem mobilizar capital externo em 24 meses, prestar contas ao Tesouro e cumprir critérios do MF.
Medida Provisória 1.309/2025	Exige comprovar impacto das tarifas EUA, manter/expandir empregos, seguir atos ministeriais e divulgar aquisições.
Decreto nº 11.075/2022	Estabelece a sistemática para emitir créditos de carbono certificados (as chamadas “reduções de emissões certificadas”).
Lei nº 14.588/2023	Autoriza a criação de créditos de carbono, beneficiando concessionários que excedam metas de conservação.
Lei nº 15.042/2024	Marco regulatório do mercado de créditos de carbono no Brasil. Segrega o mercado em duas partes: regulado e voluntário.

# Saúde dos Ecossistemas e Créditos de Carbono

Hectares de florestas restauradas; volume de créditos de carbono; índice de integridade de ecossistema; número de projetos PSA.



Lei 12.187/2009	Exige redução de emissões, adaptar setores, usar instrumentos econômicos e integrar ações sustentáveis.
Decreto 8.235/2014	Inscrição no CAR; adesão ao PRA para regularizar APP, RL e uso restrito; termo de compromisso obrigatório.
Lei 9.985/2000	Institui o SNUC, define categorias de UCs, exige plano de manejo e consulta pública para criação.
Lei 14.990/2024	Cria o PHBC e concede crédito fiscal à comercialização de H <sub>2</sub> de baixa emissão entre 2028 e 2032.
Decreto 12.481/2025	Institui a Política Marítima Nacional, com uso sustentável do mar, segurança, economia azul e soberania nacional.
Resolução CVM 223/2024	Obriga companhias abertas a seguirem a OCPC 10 sobre contabilidade de créditos de carbono, CBIOs e allowances
Lei nº 14.119/2021	Cria a PNPSA, que remunera proprietários rurais, comunidades tradicionais ou outras pessoas que conservem ecossistemas
Resolução CMN nº 4.945/2021	Estabelece condições para concessão de crédito rural com finalidade socioambiental: cria o Programa ABC+ (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), com juros subvencionados para práticas sustentáveis.
Lei 15.355/2026	Institui a política Amar para resgate e manejo de animais em desastres, com deveres do poder público e empreendedores.

# Biodiversidade e Uso do Solo

Área de APP/RL mantida; número de espécies monitoradas; quantidade de plantio de espécies nativas.



IN IBAMA 5/2026	Altera manejo florestal e proíbe exploração de espécies listadas, com critérios de mensuração
Lei 15.299/2025	Autoriza poda/corte de árvores sem crime se órgão não responder em 45 dias, com laudo técnico
IN 8/2019	Empreendimentos próximos a UC exigem FCA geoespacial, EIA/RIMA e autorização prévia do ICMBio para licenciamento.
Decreto 12.087/2024	Recupera áreas degradadas, regulariza agricultura familiar, incentiva agroflorestas e acessa crédito, assistência e PSA.
Lei 15.355/2025	Institui política de resgate e manejo de animais em desastres, define responsabilidades, obriga planos emergenciais e altera leis.
Decreto 12.484/2025	Cria comitê do ARPA, fortalece comunidades e cadeias sustentáveis, garante recursos e conservação da Amazônia.
Decreto 12.485/2025	Loteamento só em zonas urbanas, com áreas mínimas, infraestrutura básica e registro aprovado; vendas sem registro são crime.
Resolução 9/2024	Exige planejar, conservar e restaurar ecossistemas, zerar desmate e integrar valores da biodiversidade.
Lei 14.926/2024	Exige inserir clima, biodiversidade e riscos socioambientais nos projetos pedagógicos, com ações preventivas e adaptativas.
Portaria GM/MMA 1.519/2025	Institui plano nacional de biodiversidade (2025–2030), com metas de restaurar ecossistemas, conservar biomas, reduzir desmatamento e orientar ações públicas e privadas.